



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO DE ECONOMIA SOCIAL**

**ISCTE – IUL – 14 DE NOVEMBRO 2017**

Começo por saudar o Congresso Nacional da Economia Social e todos os participantes.

É um prazer estar aqui. Estou aqui entre amigos, a debater um tema que me é caro e que acompanho há muito, e ainda por cima numa escola, o ISCTE, à qual estou ligado por razões profissionais e afetivas.

Como Presidente da Assembleia da República tenho tido uma preocupação permanente com a qualidade da democracia.

As democracias ou estão ou não estão consolidadas.

Julgo que ninguém duvida que a democracia portuguesa é hoje uma democracia consolidada, com eleições livres e justas, alternância de poder, separação de poderes, respeito pela liberdade de imprensa e pela autonomia da sociedade civil.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Outra questão é saber se temos uma democracia de qualidade e como podemos melhorar a qualidade da nossa democracia.

Isso passa muito por uma democracia de proximidade.

E sei bem como a agenda da descentralização motiva o nosso Primeiro-Ministro.

A qualidade da democracia também passa pela participação cívica. Não me refiro apenas à participação eleitoral, mas à participação na vida comunitária, ao nível das escolas, dos bairros, do trabalho e das associações.

Nesse contexto, o setor social tem dado um contributo notável, ao nível das mutualidades, do movimento cooperativo, das misericórdias, das fundações, das associações de cultura, recreio e desporto.

Eles formam, no conjunto, um grande movimento de cidadania e uma realidade que é a economia social.

Mesmo sem contarmos com o voluntariado, a economia social tem um peso muito relevante na criação de emprego e na geração de riqueza em Portugal.

É um dos principais empregadores do país. Só em termos de emprego remunerado estamos a falar de mais de 200 mil pessoas, 6 por cento do emprego total.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Num tempo em que as novas tecnologias, a qualidade dos serviços prestados e a desertificação do interior convidam à concentração dos serviços públicos no território, muitas localidades, que agora têm tido, pelas piores razões, a atenção dos órgãos de comunicação social, têm nas instituições da economia social uma presença de organização coletiva, da maior relevância para quem lá vive.

Em média, por cada seis habitantes, há uma unidade de economia social no território continental português.

Estas instituições têm um conhecimento único das pessoas e dos territórios, das suas potencialidades e das suas vulnerabilidades.

Não esqueço, quando lancei o Rendimento Mínimo Garantido, o papel que tiveram estas instituições, em particular as instituições de solidariedade social, na implementação da medida no terreno, de forma a que chegasse efetivamente a quem mais precisa. Já lá vão mais de 20 anos!

O Estado não dispensa o contributo da sociedade civil quando desenha e quando concretiza as políticas públicas.

Porque a democracia e o conhecimento da sociedade não se esgotam nos partidos e nos representantes políticos.

E porque todos somos poucos quando se trata de responder aos desafios da pobreza e das diferentes formas de desigualdade e exclusão.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Vimos isso de forma muito clara entre 2011 e 2014, nos tempos mais duros do chamado programa de ajustamento em que de facto as instituições da economia social desempenharam um papel notável.

Muita gente por essa Europa fora estranhou o facto de a crise ter sido apesar de tudo absorvida com alguma coesão e paz social entre nós.

Muita gente sofreu. Muita gente ainda sofre, muita gente ainda não recuperou, e temos de continuar a olhar para essas situações.

Mas não há dúvida que em Portugal as famílias e esta grande família que são as entidades da economia social desempenham um papel insubstituível na resposta às dificuldades sociais de cada um.

Julgo que está aí o segredo do caso português. E temos de agradecer muito às instituições o trabalho que desenvolvem neste País.

A própria economia já não dispensa o contributo da economia social. Porque uma sociedade mais coesa é uma sociedade mais competitiva, e além da coesão a economia social traz valor acrescentado à economia, seja através das suas atividades financeiras, seja através das atividades de ensino ou da atividades ao nível do apoio social.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Sempre admirei o trabalho desenvolvido no terreno pelas mutualidades, pelas misericórdias, pelas cooperativas, pelas fundações.

Mas não escondo que sempre me fez alguma confusão esta fragmentação que marca o setor. A fragmentação não é um exclusivo deste setor social e cooperativo, é um mal nacional. Mas é algo que se notava aqui.

Sei que foi agora assinada a carta de compromisso para a Constituição da Confederação da Economia Social.

Julgo que a assinatura desta carta de compromisso e toda a realização deste congresso nacional da economia social, são passos decisivos para a necessária unidade num futuro muito próximo.

Ainda sou do tempo em que se dizia: a união faz a força. Em que se falava de unidade na ação. E em que se cantava: venham mais cinco!

No caso da economia social, este espírito de unidade e de abertura vai trazer outra influência e outra voz em sede de concertação social e no quadro do diálogo social mais alargado, a exemplo do que já sucede na nossa vizinha Espanha.

Só posso desejar a todos os presentes e a todos os congressistas as maiores felicidades para as associações e entidades que aqui representam.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Acredito que estarão todos uma vez mais à altura das vossas responsabilidades.

O país precisa de vós. Da vossa dedicação, do vosso voluntarismo, do vosso compromisso, da vossa competência.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Eduardo Ferro Rodrigues